



Externalidades de políticas de desenvolvimento urbano e a proteção ao patrimônio

Gelson Luiz Benatti
Universidade La Salle

Patrícia Kayser Vargas Mangan (Orientadora)

Danielle Heberle Viegas (Coorientadora)

Tipo do trabalho

Comunicação oral

Tema

Memória Social

Palavras-chave

Patrimônio Histórico, Patrimônio Industrial, Políticas Públicas.

RESUMO

As políticas públicas são definidas por FREY (2000, p. 213) como as "contribuições que certas estratégias escolhidas por um governo podem trazer para a solução de problemas específicos". Apesar do aparente foco em uma questão isolada, são ações que podem reverberar nas diferentes dimensões de um grupo, gerando o que é chamado, em Economia, de externalidade. Segundo alguns autores, cabe ao Estado criar ou estimular políticas e atividades que gerem externalidades positivas e impedir ou inibir aquelas que criam externalidades negativas (McGUIGAN, MOYER & HARRIS, 2016). Defendendo uma visão da teoria econômica que tivesse uma maior aproximação com a realidade, o teorema de Coase (COASE, 1960) prevê, para a resolução de externalidades negativas, dentre outras medidas, a adoção de diretrizes regulatórias. No caso de políticas públicas de desenvolvimento urbano, estas diretrizes podem ser materializadas na aprovação de legislações como os Planos Diretores. A preservação do patrimônio histórico pode ser contemplada tanto nestes Planos como em legislações específicas de tombamento. Sendo resultado de escolhas, as políticas públicas e as intervenções privadas, nestes casos, têm o potencial de gerar externalidades negativas que rompem as fronteiras dos efeitos meramente econômicos, refletindo na própria história local, com a destruição do sentido e a privação das gerações futuras de seu direito à memória. Um dos aspectos diferenciadores dos países, estados e cidades é o seu perfil econômico. As sucessivas revoluções industriais ocorridas entre os séculos XVIII e XX deixaram sua marca nas cidades contemporâneas, através dos conjuntos de construções industriais, representativos tanto dos esforços materiais e econômicos investidos neles, como da contribuição e significação na construção da memória coletiva dos lugares onde se estabeleceram. Entretanto, a própria característica evolutiva da



atividade econômica carrega em seu seio a inevitável noção de criar o novo a partir da destruição do antigo. Assim, o conceito de patrimônio industrial nos leva a uma inversão de funções e sentidos: o que antes era um espaço de trabalho passa a se constituir em um lugar de memória. Como resultado do fenômeno da urbanização, as indústrias ocuparam e ocupam lugares nas cidades, constituindo uma parte inescapável de sua paisagem. Como afirmou GEHL (2015), se "olharmos a história das cidades, pode-se ver claramente que as estruturas urbanas e o planejamento influenciam o comportamento humano e as formas de funcionamento das cidade". Ao realizar programas de intervenção urbana, os governos podem promover inclusão e coerência social, adotando estratégias de gestão que preservem o sentido de identidade, preservando os elementos simbólicos que estabelecem ligações com o passado e o sentido de memória. Atualmente, um dos elementos centrais nos programas de intervenção é a requalificação urbana, entendida como um "conjunto de regras e imposições que defendam e assegurem a proteção e a valorização das características de um território, tais como aspectos físicos, do ambiente e da identidade histórico-cultural" (DOMINGUES, 2006). O processo de preservação envolve a manutenção dos elementos simbólicos que remetem para uma sucessão cronológica dos acontecimentos, um contexto do espaço geográfico, que se torna atrativo e ganha novos usos sem descaracterizá-lo. Existe, aqui, um diálogo com a preservação da memória, ao passo que, na demolição, há um claro sentido de apagamento.